

intervenção completar um ano sem ter enfrentado oposição.

## VÍRGULAS NA HISTÓRIA

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, único oficial militar apontado oficialmente pelo sistema judiciário como torturador, dedica um capítulo inteiro ao estado gaúcho em seu livro de memórias "Rompendo o Silêncio". Em "No Rio Grande do Sul um outro modelo", o oficial natural de Santa Maria aponta a fronteira com a Argentina e o Uruguai como o principal motivo para o estado contar com umas das maiores presenças de "terroristas" em solo nacional, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Agora, o inimigo era outro. E, por estratégia, o posicionamento militar se fez necessário. Ainda por ser rota de fuga de opositores, o Rio Grande do Sul foi essencial na atuação da Operação Condor, quando o governo militar brasileiro fechou acordo com ditaduras em países vizinhos para perseguir "terroristas".

Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o Rio Grande do Sul está no topo da lista de estados com o maior número de graves violações dos direitos humanos, com 39 estabelecimentos espalhados por seu território. O Coronel Caminha defende que não se pode responsabilizar a instituição pelas torturas durante o período ditatorial: "Foram de grupos

de militares e individualmente que praticaram excessos".

Como presidente da unidade gaúcha da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Caminha auxiliou a vereadora do município de Porto Alegre Mônica Leal no processo de retorno do nome da Avenida Castello Branco. O coronel chama o período ditatorial de "Revolução de 64". "Teve que prender muita gente, expurgar muita gente, inclusive das Forças Armadas. (...) Foi feita uma limpeza e se organizou o país", defende. O nome da avenida havia sido trocado para Legalidade e Democracia, após aprovação na Câmara de Vereadores da capital.

De acordo com o Livro "Branco da Defesa Nacional do Brasil", após as recentes participações das Forças Armadas em Operações de Paz e em operações de Garantia da Lei e da Ordem, ficou evidente a necessidade de abordar os direitos humanos nas instituições de ensino da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Por essa razão, em 2011 o Ministério da Defesa encaminhou às Forças Armadas diretrizes de um programa especial sobre o tema para ser implantado no ano seguinte, direcionado a militares que participarão das operações. O programa também deveria ter sido implantado nas escolas militares de todo o país, a partir de 2013, de forma a cumprir convenções e tratados internacionais.

"Na política, se tu acender todos os

refletores, falta luz ainda. Tem que estar muito claro", provoca Jair Krischke. O presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos conta que abordar a questão da ditadura no Rio Grande do Sul não é uma tarefa fácil. Considera não se falar sobre o assunto uma marca principal no estado. "Até hoje causa medo nas famílias. Então, não é dita-branda se o pavor se estabeleceu, o terror", afirma.

Provas disso ficaram evidentes na Comissão Nacional da Verdade. O Rio Grande do Sul foi o único estado em que o Exército e a Marinha não localizaram os documentos ultrassecretos solicitados do DOPS e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). Como forma de resgate dessa história, a Assembleia Legislativa estadual elaborou a coletânea "A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)", organizada pela Escola Legislativa em parceria com o departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Um dos capítulos, escrito pela professora do Departamento de História e do PPG de História e Relações Internacionais da UFRGS Claudia Wasserman, conta qual teria sido o fim dos tais arquivos não localizados: foram incinerados em 1976 a mando do governador do estado Amaral de Souza quando o DOPS foi desativado.

REPRODUÇÃO ARTÍSTICA, FEITA POR ATORES PROFISSIONAIS, BASEADA EM DEPOIMENTOS À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, DOCUMENTOS OFICIAIS E ENTREVISTAS REALIZADAS PELA REPORTAGEM.

# FARDAS DA RESISTÊNCIA

BRUNA JORDANA, GIULIA MELLO, VICTORIA GARCIA

"Há soldados armados, amados ou não, quase todos perdidos de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição de morrer pela pátria e viver sem razão". A canção "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, retrata um dos períodos mais sombrios da história brasileira: a Ditadura Militar. Naquela época, não foram todos os oficiais que atuaram sob as ordens de quem governou o país. Alguns militares ousaram se opor ao regime ditatorial ao mesmo tempo em que sustentavam a farda das Forças Armadas.

**M**anoel andava a passos largos naquela tarde típica de verão porto-alegrense de 1966. Era sexta-feira, 11 de março. O sargento, expulso do exército por conta de suas escolhas políticas, levava consigo cerca de dois mil exemplares de recortes de jornais que expressavam os dizeres: "Fora Castello, abaixo a Ditadura". O material, feito por ele naquela ocasião, foi sua última ação política na Capital.

Os panfletos seriam entregues a Edu Rodrigues - que mais tarde foi descoberto como informante do Serviço Nacional de Informação - e distribuídos em um protesto contrário à visita de Castello Branco a Porto Alegre. Por um golpe de azar, Manoel foi pego ali mesmo, em frente ao Auditório Araújo Vianna, no Parque da Redenção, se-

questrado por dois militares da polícia do exército. Mal sabia ele que aquela seria a última vez que sentiria o gosto da liberdade.

Após a captura, o então sargento do Exército Manoel Raimundo Soares foi levado ao Palácio da Polícia, situado na Avenida João Pessoa, onde funcionava o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na Capital. Ali ficou preso por mais oito dias, até que, em 18 de março, foi levado à Ilha do Presídido, hoje poeticamente chamada Ilha das Pedras Brancas.

Em uma carta escrita em 18 de março de 1966, o sargento relembra esses primeiros dias: "Sujo, barbudo, com a camisa rasgada, todo machucado, fui trazido para esta ilha, onde estou até hoje".

Na primeira correspondência destinada a sua esposa Maria Elisabeth Chal-

lup Soares - carinhosamente chamada de Betinha -, datada de 15 de abril de 1966, Manoel ilustra os momentos vividos após sua prisão.

"Fui levado para o quartel da Polícia do Exército, onde fui 'interrogado' durante duas horas e depois fui levado para o DOPS. Estou bem. Nesta ilha me recuperei do 'tratamento' policial".

Cinco meses depois de seu sequestro, o soldado, embora estivesse em seu pior estado de saúde, continuava resistindo aos dias obscuros vividos no interior do DOPS. Cinco meses em que seu corpo foi exposto a diversas torturas físicas e psicológicas, como demonstrada a última carta de Manoel enviada a esposa, em 10 de julho de 1966: "Ainda estou vivo. A saúde que havia chegado ao meu corpo, partiu, deixando a normalidade que você tão bem conhece. Espero de todo o coração que você te-

FOTO: KEVYN NUNES

ARTUR DA COSTA E SILVA  
PRESIDENTE ENTRE 1967-1969  
NATURAL DE TAQUARI, RS

ERNESTO BECKMANN GEISEL  
PRESIDENTE ENTRE 1974-1979  
NATURAL DE BENTO GONÇALVES, RS

EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI  
PRESIDENTE ENTRE 1969-1974  
NATURAL DE BAGÉ, RS

FOTO: REPRODUÇÃO SITE SUL 21



FOTO: REPRODUÇÃO SITE JAIRO NOGUEIRA, NORADAR

FOTO: REPRODUÇÃO SITE UOL

nha recebido as cartas anteriores. Esta é a de número nove. Penso que a estas horas você deve estar chorando”.

As cartas citadas nesta reportagem só atravessaram o Guaíba por ajuda de outros presos políticos. Por elas, é possível perceber a dor, a saudade e a sua vontade de continuar vivo.

Além de ser exilado no presídio, Raimundo era obrigado a conviver com ex-colegas de farda, que agora lhe aplicavam as torturas. Apenas um fator colocava aqueles militares em lados opostos: a luta contra e a favor do regime militar.

Era uma tarde de quinta-feira, 24 de agosto de 1966. O agricultor Leci Batalha e o empreiteiro de granja João Peixoto, moradores da Ilha das Flores, caminhavam próximo ao Rio Jacuí. Em questão de segundos, os moradores interromperam o seu percurso para observar de perto um corpo boiando nas águas do rio, entre taquareiras, próximo a uma ponte.

O cadáver apresentava as mãos amarradas às costas com tiras da própria camisa, os bolsos laterais da calça puxados para fora e apenas um pé calçado com um sapato marrom. À primeira vista, já era possível identificar que o corpo exibia marcas de tortura e violência. O agricultor e o empreiteiro chamaram as autoridades locais.

Manoel Raimundo Soares teve um desfecho trágico: foi morto por saber demais. O único crime que havia come-

tido foi ter protegido o esconderijo de cerca de 20 soldados que estavam em Porto Alegre para discutir junto a Leonel Brizola, ex-governador do Estado, alternativas para acabar com o período ditatorial. Sonhador e autodidata, Manoel ficou conhecido como o sargento de mãos amarradas. Até hoje ela é considerado por muitos colegas um herói que defendeu até o seu último suspiro as Reformas de Base propostas por João Goulart, à época presidente do Brasil.

O acontecimento foi um dos primeiros casos de tortura e morte por parte dos órgãos de repressão sobre o qual se teve notícia na época. Anos depois, em 1973, sua viúva ingressou com uma ação judicial, requerendo da União ressarcimento das despesas com funeral e indenização por danos morais. A sentença final, em um processo arrastado e com vários recursos, só saiu em 2005. Ela morreu cinco anos depois, sem receber a reparação.

Manoel não foi o primeiro e nem o último militar morto pelo regime antidemocrático protagonizado por seus próprios colegas. Antes dele, Alfeu de Alcântara Monteiro, tenente-coronel do Exército Brasileiro, havia sido o primeiro militar vítima da Ditadura no Rio Grande do Sul. No dia 28 de agosto de 1961, ele ajudou a impedir o bombardeio ao Palácio Piratini, contrariando uma ordem do Governo Federal e do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Orlando Geisel.

O tenente-coronel foi morto no Quartel General da 5ª Zona Aérea, em Canoas, no dia 4 de abril de 1964. Conforme depoimentos de quatro oficiais presentes, teria resistido à voz de prisão.

O preço de sua resistência foi um tiro nas costas, efetuado pelo coronel aviador Roberto Hipólito da Costa. No ano seguinte, Hipólito foi condecorado com a Medalha do Pacificador, destinada a agentes encarregados da repressão do regime militar. Já Alfeu, só foi reconhecido como a primeira vítima militar da ditadura no Estado mais de cinquenta anos depois.

### ELE SABIA QUE O GOLPE ESTAVA POR VIR

Theodomiro prendia a respiração para não ser descoberto. O primeiro sargento era o encarregado da noite para cuidar dos armamentos que se encontravam em um pavilhão de madeira, no 19º Regimento de Infantaria, em São Leopoldo. Apenas uma parede o separava de militares que discutiam os próximos rumos do país.

Foi quando ouviu o capitão Iven Chaves Rosa expressar-se irritado: “Este país só vai pra frente no dia em que for entregue de papel passado aos Estados Unidos para que o endireite!”. Era fevereiro de 1963. O episódio é narrado pelo tenente José Wilson da Silva no livro “O Tenente Vermelho”, publicada em 1987.

O rapaz corria apressado pelas ruas em direção a residência do tenente Wilson para contar-lhes o que tinha acabado de ouvir. Wilson, segundo tenente do quadro de oficiais, ouviu com atenção o jovem informante. “Nós já estávamos prevendo o desenlace do golpe, a gente estava sentindo que vinha”, conta o tenente.

Foi nesta mesma reunião que três oficiais conversavam sobre o que deveriam fazer com os militares que estavam na lista dos chamados “comunistas”. Correndo os olhos por aquela folha de papel, eles foram traçando o destino daqueles que se opunham ao regime militar. Quando chegaram ao nome do tenente Wilson, perguntaram-se o que fazer com “esse tal tenentinho de merda?”.

“E esse tal de tenentinho era eu. Eles tinham muita raiva de mim, eu era muito ativo na época, era militante, ati-

vo politicamente. Nesse a gente dá um tiro e diz que resistiu, porque eles já estavam preparando quem recolher na noite do golpe.”, relata Wilson.

Hoje, aos 87 anos, o tenente vermelho, como era chamado pelos militares, recorda-se com facilidade como eram formados os oficiais do regime: “Os caras ficavam muito orgulhosos quando eram selecionados para fazer o curso nas escolas da América. Eram oficiais e até mesmo graduados. Eles iam para lá aprender o combate e a revolta popular, e lá eles aprenderam também os métodos de tortura. Eles voltaram para ser

tiu que havia perdido a luta e optou por deixar o Brasil. José Wilson viveu cerca de sete anos na clandestinidade no Uruguai. Sem paradeiro, o tenente passou todo este tempo pernoitando em casas de desconhecidos até que, em 1971, resolveu voltar a sua terra natal.

### LEMBRANÇAS DO DOPS

Em 1971, José Wilson da Silva decidiu regressar ao Brasil. Ele entrou em contato com sua familiares, pedindo que fosse sondada a possibilidade de retornar ao País e como seria tratado.



ARQUIVO PESSOAL JOSÉ WILSON DA SILVA

os torturadores brasileiros”, conta.

José Wilson da Silva aproveitou-se da proximidade que tinha com o General Assis Brasil e com Leonel Brizola para denunciar por diversas vezes os indícios que sinalizavam o início da tomada de poder por parte dos militares. Em uma das tentativas, recorda-se Wilson, o chefe da Polícia Federal no RS, coronel brigadiano Almeida Prado, entregou ao então presidente um relatório sobre as atividades dos militares no Estado. Após o recebimento, o presidente chamou o general Assis Brasil e disse: “Olha, general, acho que o coronel está vendo ‘chifre em cabeça de mula’”. Segundo Wilson, o problema era o que próprio presidente não acreditava e considerava muitos dos militares como seus amigos.

Depois de tantas tentativas, sen-

A resposta foi: como um preso político.

Quando desembarcou em Porto Alegre, Wilson foi levado diretamente ao DOPS, onde ficou cerca de trinta dias. Embora tenha esperado por algo pior para aquele período, o tenente relata ter recebido um tratamento normal por parte dos militares.

Hoje ele avalia que só escapou da tortura por ser tratado pela imprensa como o primeiro político exilado que regressava, o que gerou uma atenção para o governo, que procurava criar uma imagem de ser democrático. Para eles, era o início do “milagre”.

“Quando eles queriam torturar presos, nos infames quartos secretos da parte dos fundos, retiravam-me para as salas e dependências da frente até altas horas da noite. Cheguei a localizar um quarto à esquerda, no fundo do corre-

dor longitudinal, onde seria o ‘gabinete de tratamento’”, relata.

Em 15 de junho, ele foi transferido para a companhia de guardas, situada na rua Vieira de Castro. Lá, ele ficou em um quarto de enfermaria, chaveado, acompanhado por guardas armados com fuzis automáticos.

Sua condenação estava a caminho. Foi na 5ª auditoria que Wilson recebeu a informação de que havia sido condenado a 16 meses de prisão, por segundo ele, um envolvimento imaginário. “Pois se algo fiz, e pouco, com relação àqueles atos, foi o de não permitir que outros companheiros se engajassem”, relata.

Este foi o começo de um período tortuoso e cercado de dias difíceis para o tenente, que começou a passar por maus momentos e provocações.

A cada tentativa de se explicar, os oficiais tomavam como rebelde sua postura e faziam de tudo para provocá-lo. O objetivo era que ele reagisse para que eles tivessem enfim um motivo para “baixar o pau”.

Como prova de resistência, o tenente fez greve de fome. Ao lhe entregarem alimentos, Wilson os devolveva intactos. Com isto, vinham mais ameaças. Não aceitei as provocações, mas também não dobrei a coluna. As provocações tinham por fim castigo físico igual ao que faziam com outros, que, não se dobrando, sofreram todos os maus tratos possíveis”, conta Wilson.

Após receber o comunicado de que havia sido absolvido e poderia voltar à ativa como militar, Wilson foi pego de surpresa alguns meses depois. Ele recebeu a acusação de “ter feito política brizolista e de ter participado da política dos sargentos” além de “ter tentado fazer Jango permanecer no país nos últimos momentos de seu governo”. Foi aí que o tenente sentiu que havia chegado a hora de sua exclusão. Embora tenha procurado por advogados, ele acabou sendo “enquadrado” no Ato Institucional número 5, o AI-5, o que lhe trouxe imensas dificuldades.

Nesta condição, José Wilson procurou trabalhar por conta própria em diversos ramos, porém o fato de ser militar cassado amedrontava os empregadores. “A punição política tinha por fim eliminar da sociedade o perseguido, encaminhando-o à marginalidade ou à luta clandestina”, escreve em seu livro.

A libertação só veio após o surgimento da bandeira da Anistia, através



CARTAS DE MANOEL ENVIADAS À ESPOSA ELISABETH | ARQUIVO PESSOAL

da Lei número 6.683, de 1979, na qual o tenente conseguiu voltar a ter os mesmos direitos que todos os outros cidadãos brasileiros.

### O BOMBARDEIO INTERROMPIDO

Foi com dezessete anos que Almoré Zoch Cavalheiro decidiu sair de casa para entrar para as forças armadas. O sargento serviu no 9º Regimento de Infantaria (RI), em Pelotas e depois veio para Porto Alegre. Durante a Campanha da Legalidade, Almoré também lutou contra a repressão. O sargento confessa que na época não tinha consciência do que estava fazendo ao se filiar a um partido comunista: “Era muito perigoso. E eu não tinha essa consciência. Tinha perigo de ser eu expulso por saberem que eu era de esquerda”.

O General José Machado Lopes, Comandante do Terceiro Exército (que na época compreendia aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) acabou por apoiar a Legalidade e rechaçar as ordens de seus superiores, que visavam um bombardeio ao Palácio Piratini, sede do Governo do Estado. Em seus discursos Brizola convocava a população para as ruas, de modo que na ocasião, pelo menos trinta mil pessoas estavam acampadas na Praça da Matriz, em frente ao Palácio.

Por todo o Estado, pelos quartéis do Terceiro Exército e pelo País, militares, políticos e civis posicionavam-se a favor da democracia e do cumprimento da Constituição. Almoré destaca a ação dos militares da Base Aérea de Canoas, na época Quartel Geral da 5ª Zona Aérea, que receberam ordens de bombardear o Palácio Piratini. Recusando-se a cumprir ordens absurdas, os sargentos e suboficiais da base desarmaram os aviões e esvaziaram os pneus. A atitude levou os revoltosos a prisão e posteriormente a transferência para outros postos de trabalho. “Qual será o tamanho da dívida de gratidão que o povo brasileiro, e especialmente o de Porto Alegre, tem para com aqueles sargentos, suboficiais e oficiais da Base Aérea de Canoas?”, pergunta-se.

### A IMPORTÂNCIA DA COMISSÃO DA VERDADE

O Defensor Público aposentado, Carlos Frederico Barcellos Guazzelli, foi

Coordenador da Comissão Estadual da Verdade/RS (CEV/RS) de 2012 a 2014. “Na minha longa carreira de advogado e agente público, por mais de quatro décadas, a CEV/RS talvez tenha sido a experiência mais marcante”, relata Guazzelli. “O aprendizado que tive durante a atuação na Comissão sobre a resistência à ditadura e sua repressão no Brasil e, em especial no nosso estado, faz-me pensar que, na verdade, eu até então pouco sabia sobre o tema”.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, teve por finalidade expressa reconstituir a história das graves violações a direitos humanos praticadas no Brasil, especialmente durante o regime ditatorial. Para Guazzelli, as comissões possuem uma função importante em nossa sociedade. “O próprio fato de que haja, em nosso país, atualmente, pessoas que pedem a volta da ditadura, demonstra não só a importância, como a necessidade das chamadas comissões de verdade”, comenta.

Neste processo, portanto, o objetivo das Comissões da Verdade é fazer a reconstituição histórica dos crimes contra a humanidade praticados, a fim de contribuir para sua responsabilização. “Graças ao trabalho destas Comissões, milhares de pessoas, a maioria delas sequer nascida no período, puderam tomar conhecimento, pelos depoimentos e documentos entregues pelas vítimas, testemunhas e até mesmo seus autores, das graves violações a direitos humanos praticadas no estado e no país”. Os depoimentos dos militares foram fundamentais para que a comissão conseguisse montar uma parte do quebra-cabeça. “Para a realização foi decisiva a participação do Capitão José Wilson da Silva, que desde a criação da Comissão se ofereceu para colaborar com seus trabalhos, inclusive doando livro de sua autoria, no qual são narrados importantes acontecimentos históricos, especialmente aqueles ligados ao movimento dos sargentos”, afirma.

### EXPERIÊNCIAS E MARCAS

A experiência marcante de Carlos Guazzelli na CEV/RS tem um motivo de ordem subjetiva e emocional: “o impacto tremendo dos relatos que nos foram feitos tanto nas audiências públicas quanto nos depoimentos prestados na Comissão”, relata. “Uma coisa é saber que alguém foi torturado, ou mesmo

ler sobre os detalhes da tortura; outra, bem diversa e muito mais impressionante, é ouvir, de viva voz, as narrativas das próprias vítimas, testemunhas e até mesmo dos violadores”, completa.

A Revista Dossiê tentou contato com o Comando Militar-Sul para comentar sobre as ações e histórias descritas pelos militares nesta matéria, porém não houve retorno até o fechamento da reportagem.

Homens foram presos, torturados e até mesmo mortos por defenderem a democracia em um momento onde deveriam ser protagonistas. Armados de seus ideais, eles fizeram o que estava em seu poder para defender e restaurar a democracia no país.

“Nas escolas, nas ruas, campos, construções, somos todos soldados, armados ou não. Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não”. A música de Geraldo Vandré conquistou a segunda colocação do Festival Internacional da Canção de 1968. No entanto, virou símbolo de uma luta que colocou em lados opostos não só militares, mas toda a população brasileira.

NO TOTAL, FORA 6591 MILITARES CASSADOS DURANTE A DITADURA



1312 MILITARES REFORMADOS VÍTIMAS DA DITADURA

FONTE: ONG MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (MJDH)



FOTO: LÚCIA HAGGSTROM

## INDÍGENAS: O LADO OCULTO DA DITADURA

ALDREY DORNELLES, LÚCIA HAGGSTROM E MARIANA PAZ

COMO RESULTADO DESSAS POLÍTICAS DE ESTADO, FOI POSSÍVEL ESTIMAR AO MENOS 8.350 INDÍGENAS MORTOS NO PERÍODO DE INVESTIGAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. [...] O NÚMERO REAL DE INDÍGENAS MORTOS NO PERÍODO DEVE SER EXPONENCIALMENTE MAIOR, UMA VEZ QUE APENAS UMA PARCELA MUITO RESTRITA DOS POVOS INDÍGENAS AFETADOS FOI ANALISADA E QUE HÁ CASOS EM QUE A QUANTIDADE DE MORTOS É ALTA O BASTANTE PARA DESENCORAJAR ESTIMATIVAS. (CNV, 2014B, P. 199).

“Minha avó se casou com um agricultor branco. Ele impedia ela de falar a nossa língua. A minha mãe só aprendeu a cultura porque a minha avó ensinava ela escondido”. Esse é apenas um dos relatos da violência sofrida pelos indígenas durante o período da ditadura ouvidos pela reportagem durante uma visita a um território indígena em Nonoai, município localizado há cerca de 430 km de Porto Alegre.

Na entrada da cidade, um monumento de um homem empunhando uma lança serve como demarcação do

território. A área de mata destinada aos indígenas disputa espaço com as grandes plantações de soja, milho e trigo. Além das plantações, uma construção que funciona como cadeia também parece deslocada ao ambiente. Herança do período militar, a manutenção das cadeias revela o profundo impacto do período para a cultura indígena.

O legado que a ditadura deixou nas aldeias indígenas não pode ser facilmente apagado, o reflexo disso está, por exemplo, nas lideranças implantadas durante o regime. Capitão e major são algumas das patentes que permanecem

presentes nas aldeias. Jorge Garcia, índio Guaraní e atual morador da Reserva Indígena de Nonoai, conta que os castigos da época eram uma forma de disciplina coletiva. Expostas para o restante da aldeia, as ações de repressão passavam a mensagem de como ocorrem as diferentes torturas realizadas na época.

Em 1967, o Relatório Figueiredo, em mais de sete mil páginas, descreveu as violências praticada por latifundiários e pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) contra os povos nativos de diversos postos dentro do Brasil. Jader de Figueiredo Correia foi o Procurador da República responsável pelo documento que descreve diversas denúncias feitas sobre o período em que o SPI era responsável pelos postos.

### O TRONCO

Tanto nos documentos como também entre as testemunhas encontradas pela reportagem, a menção ao “tronco” é bastante frequente. Diferente do utilizado para castigar negros durante o período escravocrata brasileiro, o instrumento implantado nos postos indígenas era composto por duas taquaras fincadas ao chão. Logo depois elas eram